

## **Gabarito - Exercícios Lei 12.973/14, ECD e ECF**

- 1) Qual obrigação acessória foi extinta com a Lei 12.973/14?**
- a) DIPJ
  - b) FCONT**
  - c) DIRF
  - d) DCTF
  - e) Nenhuma das obrigações acessórias acima
- 2) Assinale com “X” qual foi uma das alterações promovidas pela Lei 12.973/14.**
- a) Revogação da Lei 11.638/2007.
  - b) Estabelece tratamento especial para as diferenças iniciais dos saldos da contabilidade x FCONT.**
  - c) Não altera o conceito de Renda Bruta.
  - d) Exigência da manutenção física do LALUR.
  - e) Nenhuma das alternativas.
- 3) A Lei 12.973/2014 define Receita Bruta como:**
- a) O produto do ingresso/venda de bens nas operações de conta própria e adicionado o preço do ingresso/prestação de serviços em geral.
  - b) O produto do ingresso/venda de bens nas operações de conta própria e o preço do ingresso/prestação de serviços em geral, deduzidas das devoluções e vendas canceladas.
  - c) O produto do ingresso/venda de bens nas operações de conta própria adicionada o preço do ingresso/prestação de serviços em geral, mais o resultado auferido nas operações de conta alheia; e ainda, os**

ingressos/receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendida anteriormente.

- d) A somatória de todos os ingressos/receitas deduzidos dos impostos incidentes.
- e) Nenhuma das alternativas.

**4) A Lei 12.973/2014 se aplica as quais regimes tributários:**

- a) Real, imune e simples nacional.
- b) Real, presumido e imune.
- c) Real, presumido e arbitrado.
- d) Real, imune e arbitrado.
- e) Somente real.

**5) A respeito do AVP – Ajuste a Valor Presente, do AVJ – Ajuste a Valor Justo e do Custo Atribuído do Ativo Imobilizado, assinale com “V” (Verdadeiro) ou “F” (Falso) as questões abaixo:**

- ( F ) O valor contabilizado no mês a título de AVP – Ajuste a valor presente de contas a receber será considerado como despesa financeira e adicionado no LALUR.
- ( V ) O valor contabilizado no mês a título de AVP – Ajuste a valor presente de contas a receber será contabilizado em conta redutora da receita bruta e considerado receita financeira pró-rata tempo.
- ( V ) Os bens do ativo imobilizado, disponíveis para venda, classificados propriedades para investimento devem ser avaliados a valor justo.
- ( V ) A depreciação calculada nos moldes da legislação societária poderá ser complementada pela depreciação fiscal para efeito de apuração do lucro

real.

- (F) O ajuste a valor presente de passivos apenas não terá efeitos fiscais quando da realização do ativo vinculado a compra.

**6) Quais demonstrações contábeis devem ser enviadas via ECD?**

- a) Balanço Patrimonial e DRE.
- b) Balanço Patrimonial, DRE e DMPL.
- c) Não há necessidade de enviar nenhuma demonstração contábil.
- d) Todas as demonstrações que as legislações contábeis e comerciais exigem.
- e) Balanço Patrimonial, DRE, DMPL, DFC e DVA.

**7) Assinale com “V” (Verdadeiro) ou “F” (Falso) as questões abaixo:**

- (V) O principal objetivo da ECF é a integração da apuração do IRPJ e da CSLL, bem como, das informações econômicas das operações internas e com o exterior das organizações com o universo SPED.
- (V) A partir da ECF, o LALUR passou a ser elaborado em meio eletrônico, passando a chamar-se e-LALUR.
- (F) Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre todas as contas do Patrimônio Líquido.
- (F) Mesmo com a instituição da ECD, o contribuinte continua obrigado a imprimir e guardar os livros contábeis em meio físico.
- (V) Com a instituição da ECF foi suprimida a necessidade da entrega da DIPJ.

**8) Para fins tributários e de acordo com a Lei 12.973/14 como deveriam ser tratadas as diferenças iniciais apuradas em 01/01/2015 entre o FCONT e Contabilidade?**

- a) As diferenças positivas encontradas deveriam ser realizadas em Janeiro/15 e tributadas, exceto se estivessem evidenciadas em subcontas.
- b) As diferenças positivas encontradas deveriam ser realizadas em Janeiro/15 e tributadas.
- c) As diferenças positivas deveriam ser reconhecidas mediante realização do ativo ou passivo vinculado.
- d) As diferenças deveriam ser contabilizadas no ativo diferido e amortizadas no prazo de 60 meses.
- e) As diferenças iniciais deveriam ser adicionadas a base de cálculo do IRPJ e CSLL em 31/12/2014.

**9) Atualmente qual é o momento que a legislação considera uma ECD autenticada?**

- a) No momento da transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD), desde que não fique no status "sob exigência" ou "indeferidas"
- b) Autenticadas no momento da transmissão para as ECD transmitidas após 25 de fevereiro de 2016.
- c) Todas as ECD's de empresas transmitidas anteriores a 25 de fevereiro de 2016 foram autenticadas no momento da transmissão.
- d) Somente no momento da autenticação da ECD em cartório.
- e) Nenhuma das alternativas.

**10) Quais as penalidades que o contribuinte incorre no caso de entrega fora do prazo ou não apresentação da ECF.**

- a) Multa equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), por mês-calendário ou fração, do lucro líquido antes da incidência do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, no período a que se refere a apuração, limitada a 10% (dez por cento).
- b) Multa equivalente a 3% (três por cento), por mês-calendário ou fração, do lucro líquido antes da incidência do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, no período a que se refere a apuração, limitada a 10% (dez por cento).
- c) Multa equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), por mês-calendário ou fração, do lucro líquido antes da incidência do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, no período a que se refere a apuração, sem limite percentual.
- d) Multa equivalente a R\$ 100.000,00 para Pessoa Jurídica com receita bruta até R\$ 3.600.000,00 ou R\$ 5.000.000,00 para as demais.
- e) Alternativa “a” limitada aos valores previstos na alternativa “d” e ainda, respeitadas as deduções previstas na legislação.